

CONTAS PÚBLICAS

Inflação garantirá receita extra para o governo em 2003. Mas o ganho será perdido por causa dos custos da alta do dólar e do fraco crescimento da produção. Por isso, ainda não há verba para bancar forte aumento do salário mínimo

Sem dinheiro extra

Vicente Nunes
Da equipe do Correio

Adisparada da inflação está dando uma ajuda extra ao atual governo e vai beneficiar, ainda que em menor proporção, a administração de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Na revisão das receitas tributárias previstas nos Orçamentos da União deste e do próximo ano, técnicos do Congresso notaram significativo crescimento no volume de dinheiro que está entrando nos cofres do Tesouro Nacional. O motivo: forte aumento do IGP-DI, índice de inflação que corrige as receitas da União. Para cada ponto percentual acima da inflação prevista no Orçamento, o governo federal está arrecadando, em média, R\$ 1,8 bilhão a mais, depois de todos os repasses a estados e municípios. "O ganho de receita com a inflação é evidente", diz secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. "Mas se trata de um dinheiro ruim", afirma.

As projeções para o IGP-DI deste ano mais que dobraram em relação ao previsto no Orçamento que está em execução. No projeto aprovado pelo Congresso, o índice é de 8,8%. Mas até setembro passado, o IGP-DI já tinha batido em 11,6% e deve fechar o ano em 18,87%, segundo pesquisa realizada pelo Banco Central

(BC). Se esse número se confirmar, o IGP-DI terá inflado os cofres do atual governo em cerca de R\$ 18 bilhões. Para 2003, a proposta de Orçamento encaminhada em agosto ao Congresso embutia estimativa de inflação de 6%, acompanhando o cenário traçado na época pelo BC. Agora, o Banco Central trabalha com IGP-DI de 10,45%. Ou seja, o governo Lula terá uma ajuda no caixa em torno de R\$ 8 bilhões por causa da inflação mais alta.

"Não há dúvidas de que o cenário traçado na proposta orçamentária de 2003 é irreal. Mas não será apenas a estimativa de inflação que será revista", ressalta Everardo. "Serão atualizadas as projeções para a taxa básica de juros, para o crescimento da economia e para o câmbio", diz. E isso tem custos. Em agosto, mesmo com a crise econômica estando a todo vapor, a proposta de Orçamento para 2003 incorporou uma projeção de crescimento para a economia de 3%. O governo apostava que o dólar fecharia o ano que vem em R\$ 2,90 e a taxa média de juros ficaria em 16,26%. No seu mais recente relatório de previsões para a economia, o Focus, BC estimou aumento de 2% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, dólar a R\$ 3,55 (leia sobre mercado financeiro na página 7) e juros de 17% ao ano.

MALES DA INFLAÇÃO
Apesar de todos os males que a inflação causa na economia, deputados e senadores vêm se assanhando com seu efeito sobre as receitas. Boa parte dos parlamentares acredita que, com o dinheiro proporcionado pelo aumento do IGP-DI, o Congresso poderá garantir um aumento maior do que os R\$ 11 previstos para o salário mínimo em 2003, além de permitir a execução do programa do PT de combate à fome e facilitar as emendas à proposta do Orçamento. "Não vamos cair em tentação. Assim como a inflação aumenta as receitas, também amplia os gastos. Vamos fazer uma revisão consciente das receitas e um Orçamento realista, pois sabemos as dificuldades que enfrentaremos", afirma o deputado Jorge Bittar (RJ), coordenador do PT na Comissão Mista de Orçamento.

O choque de realismo de Bittar ficou ainda mais evidente depois



André Corrêa 25.01.99

do depoimento de ontem de Everardo Maciel no Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento. Se, por um lado, haverá ganhos com a inflação na arrecadação, por outro, o governo Lula terá de abrir mão de receitas ainda maiores. Mantida a atual estrutura tributária, a futura administração perderá, logo no seu primeiro ano, no mínimo R\$ 20 bilhões em relação a 2002. Segundo o secretário, foi esse o total que o atual governo arrecadou em receitas extraordinárias nos dez primeiros meses deste ano, dos quais cerca de R\$ 5 bilhões apenas em outubro.

As receitas extraordinárias vieram, sobretudo, do pagamento de Imposto de Renda pelos fundos de pensão e da recuperação de dívidas em atraso. São receitas que não se repetirão no ano que vem, a não ser que o governo petista encontre novas brechas na legislação para atacar setores específicos da economia. "Sempre há espaço para isso. Mas não se trata de mágica, nem de soluções fáceis. Eu mesmo não imaginava, dois anos atrás, que teria a atual arrecadação extra", afirma Everardo.

O secretário diz, ainda, ser favorável à manutenção, por tempo indeterminado, da alíquota máxima de Imposto de Renda para Pessoas Físicas, de 27,5%. O PT está se movimentando no Congresso para aprovar projeto de lei nesse sentido. Se fracassar, o governo Lula perderá pelo menos R\$ 2 bilhões por ano. O PT também quer aprovar a continuidade da alíquota de 9% da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Se a alíquota cair para 8% a partir do ano que vem, como está previsto, a arrecadação diminuirá R\$ 1,1 bilhão.

MACIEL: "O GANHO DE RECEITA COM A INFLAÇÃO É EVIDENTE. MAS SE TRATA DE UM DINHEIRO RUIM"

ESTRADAS

Relator da Comissão Mista de Orçamento, o senador Sérgio Machado (PMDB-CE) defende o aumento da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide). Criada para financiar investimentos nas estradas, ela está sendo usado no ajuste fiscal — são R\$ 8,8 bilhões este ano. Segundo ele, o valor da Cide (R\$ 0,51 sobre cada litro de combustíveis), está congelado desde o início do ano, enquanto os preços da gasolina aumentaram. Com isso, o lucro das empresas cresceu. Para a Receita Federal, o governo deveria aumentar o valor da Cide, mas continuar cobrando R\$ 0,51, enquanto observa o comportamento do valor do petróleo e o impacto do aumento do tributo sobre os preços dos combustíveis.

CENÁRIOS DIFERENTES PARA 2003

O Orçamento Geral da União para o ano que vem foi feito com base em previsões que, agora, são muito diferentes

	Antes	Hoje
Crescimento do PIB (a)	3%	2%
Inflação, pelo IGP-DI	6,00%	10,45%
Cotação do dólar (b)	R\$ 2,90	R\$ 3,55
Taxa de juros (b)	16,26%	17,00%

(a) Produto Interno Bruto

(b) Previsão de instituições financeiras, segundo pesquisa feita pelo Banco Central